

'Direitos humanos não têm partido'

Novo secretário de Direitos Humanos vai priorizar a reforma do Judiciário para combater a impunidade

SÃO PAULO. Um acadêmico, relator especial da Organização das Nações Unidas e dono de longo histórico de militância pelos direitos humanos assume amanhã a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, substituindo o embaixador Gilberto Sabóia. Em São Paulo, às

voltas com a mudança para a Brasília, Paulo Sérgio Pinheiro, de 57 anos, interrompeu as comemorações com a família e, em entrevista ao GLOBO, disse que vai priorizar a proposta de reforma do Judiciário. Seu objetivo é aprovar o projeto que põe sob competência

federal investigações e julgamentos de crimes contra os direitos humanos como forma de reduzir a impunidade. Para Pinheiro, que coordenava o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, os direitos humanos não têm partido político.

Soraya Aggege

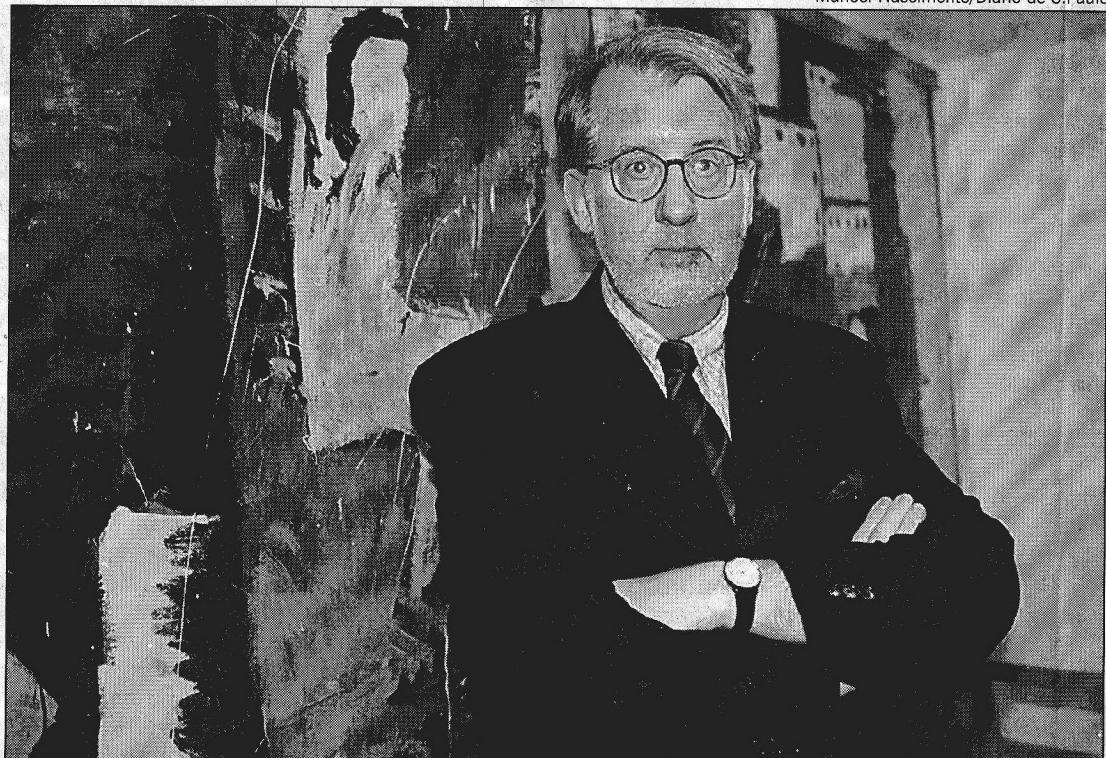
O GLOBO: O senhor tem vinculação com o PSDB?

PAULO SÉRGIO PINHEIRO: Não sou filiado. Os direitos humanos não têm partido. O governo Fernando Henrique tornou os direitos humanos uma política de estado. Estou à vontade, especialmente com o ministro Aloisio Nunes Ferreira, com sua bela biografia de resistência ao autoritarismo e de defesa dos direitos civis.

• Qual seu projeto principal na secretaria?

PINHEIRO: Não importa o momento do governo. Os direitos humanos da população precisam ser defendidos em qualquer momento. As vítimas não têm nada a ver com o período eleitoral ou a priorização política. Precisam ser protegidas. Darei continuidade a muitas das iniciativas que o ministro José Gregori e depois o embaixador Gilberto Sabóia, que me antecederam, desenvolveram no marco do desenvolvimento do Programa Nacional de Direitos Humanos.

• A comunidade internacional cobra o cumprimento dos direitos humanos no Brasil.



Manoel Nascimento/Diário de S.Paulo

PAULO SÉRGIO Pinheiro: "A realização dos direitos humanos é uma conquista permanente, uma luta diária"

Relatores da ONU visitarão o país em breve.

PINHEIRO: Eles terão acesso a qualquer lugar e pessoa que queiram, da mesma forma que o relator para a tortura (Nigel Rodley) teve.

• O governo tem sido criticado por ONGs pela impuni-

de, embora tenha assinado tratados internacionais e admitido o desrespeito aos direitos humanos para a ONU.

PINHEIRO: A realização dos direitos humanos é uma conquista permanente, uma luta diária. E nessa luta é fundamental a participação da sociedade civil. As ONGs cobram

uma ação do governo cada vez mais presente. Mas, nesses sete anos, caminhamos enormemente, não só na ratificação das convenções internacionais. Ratificamos tudo. Tudo isso foi uma luta da sociedade civil, desde a convenção contra a tortura até o reconhecimento da Corte Interamericana

na de Direitos Humanos e, agora, do Tribunal Penal Internacional, ao contrário da maioria dos países do mundo. O Brasil apresentou relatórios à ONU tremendamente transparentes como o da tortura. Muito foi realizado, desde indenizações a parentes de desaparecidos políticos até a recém-instalada comissão contra a tortura.

• Qual é o problema mais grave em direitos humanos no país?

PINHEIRO: O desafio maior, e que acho que esse governo ainda deverá realizar, é criar a competência federal para julgamentos de casos de violação de direitos humanos. Por exemplo, se num determinado estado, Ministério Público, Judiciário ou Executivo não tiverem providências, o governo federal pode chamar a si o direito de investigar e julgar.

• Esse projeto já foi proposto pelo governo?

PINHEIRO: Sim, é um projeto enviado pelo embaixador Gregori, consensual e que será apreciado em conjunto com a reforma do Judiciário.

• Então o maior problema é a impunidade nos estados?

PINHEIRO: Não corresponde

à realidade dizer que a impunidade campeia no Brasil. Os grandes massacres perpetrados por maus PMs estão indo ao Tribunal do Júri. Mas há vários crimes que não têm sido investigados nem julgados satisfatoriamente nos estados. E é dever do governo federal tomar medidas para impedir isso. Um órgão fundamental é o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

• Sua militância pelos direitos humanos, a proximidade com as ONGs e seu trabalho de relator na ONU vão interferir de que forma no cargo?

PINHEIRO: O que vale mais é o respaldo do presidente e do ministro. Mas sem as ONGs não se faz esse trabalho.

• Há alguma prioridade?

PINHEIRO: Uma é trabalhar com a sociedade civil e os partidos políticos para aprovar a competência federal para os crimes contra os direitos humanos. Tenho ainda interesse de tudo fazer, com uma campanha na mídia eletrônica, para combater violações graves como assassinatos no campo, trabalho forçado, discriminação racial e sexual, violência doméstica e tortura.